



UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE DIREITO
DEPARTAMENTO DE DIREITO DO ESTADO

CURSO : PARCERIAS NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA (DES0417)
PERÍODO DIURNO

PROFESSOR DOUTOR MARCOS AUGUSTO PEREZ

OBJETIVO DO CURSO

Dentre as principais transformações do Direito Administrativo verificadas na virada do século passado, desponta a maior colaboração estatal no exercício de funções públicas. Embora a Administração Pública sempre tenha se valido de particulares ou de outros órgãos e entes administrativos para satisfazer suas finalidades públicas, é notável a cada vez mais participação colaborativa na própria tomada de decisão e conformação do modo de exercício das competências administrativas. Paulatinamente, o Direito reflete esta marcante tendência por meio da edição de leis que modelam as parcerias envolvendo o Poder Público, bem como do aperfeiçoamento de instrumentos operacionais de consagração destas parcerias, notadamente a figura do contrato administrativo. O objetivo do curso é apresentar ao aluno o panorama das parcerias firmadas pelo Poder Público em sentido amplo, de modo a abarcar tanto os particulares quanto outros órgãos ou entes públicos. Mediante o manejo de instrumentos contratuais, o aluno conseguirá evidenciar na prática as mais significativas dinâmicas de parcerias estatais, desenvolvendo, assim, habilidades práticas e capacidade de análise crítica da teoria do Direito Administrativo a partir do estudo de casos concretos.

AVALIAÇÃO

A avaliação do aluno será o resultado da média das notas atribuídas às provas de igual peso, e a avaliação das atividades práticas. A primeira prova será realizada no dia **25 de setembro**. Esta prova será formada por questões objetivas tendo como referência o conteúdo disciplinar até então ministrado. A segunda prova será realizada no final do semestre, durante o período regular de exames. Nesta prova serão feitas questões práticas e teóricas englobando toda a matéria dada no semestre. Ao longo dos seminários, serão avaliadas a preparação e a participação dos alunos, aos quais será atribuído até 1 (um) ponto na nota da última prova, ajudando a compor a nota final do curso.

PROGRAMA TEMÁTICO

O programa temático será desenvolvido ao longo das aulas teóricas. Não haverá uma correspondência estrita entre cada aula com um tema, sendo natural que dois temas sejam desenvolvidos em uma mesma aula, enquanto que eventualmente um tema demande mais de uma aula para ser esgotado. Os temas a serem tratados serão os seguintes: Parte I – Pressupostos das parcerias na Administração Pública: 1) Parcerias na Administração Pública: introdução e conceitos estruturantes; 2) A contratualização administrativa; 3) Estado de colaboração e participação administrativa; 4) Governança pública e eficiência administrativa; 5) Modos de prestação de serviços públicos pelo Poder

Público: 6) As parcerias estratégicas envolvendo a Administração Pública; 7) Tipologia das parcerias na Administração Pública; 8) O papel do processo administrativo na formalização das parcerias na Administração Pública; Parte II – Dinâmica das parcerias na Administração Pública: 9) Contratos administrativos; 10) Contratos de autonomia e parcerias institucionais; 11) Concessões; 12) Consórcios públicos; 13) Convênios e acordos administrativos; 14) Contratos de gestão e termos de parceria; 15) Instrumentos jurídicos conexos às parcerias na Administração Pública.

PROGRAMA DE SEMINÁRIOS

Os seminários poderão ou não requerer a apresentação direta pelos alunos. Porém, todos serão instados a participar dos estudos dirigidos. A preparação e participação do aluno nas aulas de seminário será atribuída uma nota, de até 1 (um) ponto na segunda prova, que ajudará a compor a nota final. Antecipadamente às aulas serão indicados os textos que orientarão os estudos dirigidos e a discussão.

Propomos desenvolver nos seminários o manejo mais concreto dos pontos estudados, por meio da análise de casos concretos.

Os alunos deverão ler, antes de cada seminário, textos doutrinários, textos legais, jurisprudência e extratos de atos e processos administrativos que são pertinentes ao tema e que serão distribuídos aos alunos precedentemente à realização dos seminários.

NORMA DE RECUPERAÇÃO:

Para alunos que obtiveram média final compreendida entre 3,0 e 4,9 e frequência mínima de 70% será exigida prova escrita cuja média para aprovação deverá ser igual ou superior a 5,0.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

ALFONSO, Luciano Parejo. Eficacia y Administración. Tres estudios. Madrid: Instituto Nacional de Administración Pública, 1995.

ALMEIDA, Fernando Dias Menezes de. Teoria do Contrato Administrativo. Uma abordagem histórico-evolutiva com foco no Direito Brasileiro. Tese de livre-docência defendida na Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo em março de 2010.

BINENBOJM, Gustavo. Uma Teoria do Direito Administrativo. Direitos fundamentais, democracia e constitucionalização. 2ª ed. Rio de Janeiro: Renovar, 2008.

CHEVALLIER, Jacques. O Estado Pós-Moderno. Belo Horizonte: Fórum, 2009.

CORREIA, José Manuel Sérvulo. Legalidade e Autonomia Contratual nos Contratos Administrativos. Coimbra: Almedina, 2003.

DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. Direito Administrativo, 25ª ed. São Paulo: Atlas, 2012.

_____. Parcerias na Administração Pública. Concessão, permissão, franquias, terceirização, parceria público-privada e outras formas, 8ª ed. São Paulo: Atlas, 2011.

ESTORNINHO, Maria João. A Fuga para o Direito Privado. Contributo para o estudo da atividade de direito privado da Administração Pública. Coimbra: Almedina, 1996.

JUSTEN FILHO, Marçal. Curso de Direito Administrativo, 8ª ed. Belo Horizonte: Fórum, 2012.

_____. As Diversas Configurações da Concessão de Serviço Público in Revista de Direito Público da Economia, vol. 1. Belo Horizonte: Fórum, 2003.

GIORGI, Raffaele De. Administração Pública na Sociedade Complexa in Revista de Direito Administrativo, vol. 256. Rio de Janeiro: Atlas, jan./abr. 2011.

MARQUES NETO, Floriano de Azevedo. Regulação Estatal e Interesses Públicos. São Paulo: Malheiros, 2002.

_____. A Concessão como Instituto do Direito Administrativo. Tese apresentada ao concurso para provimento de cargo de professor titular da cadeira de direito administrativo na Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, 2013.

_____. Regulação Econômica e suas Modulações in Revista de Direito Público da Economia, vol. 28. Belo Horizonte: Fórum, out./dez. 2009.

_____. Do Contrato Administrativo à Administração Contratual in Revista do Advogado. vol. 107. São Paulo: AASP, dez. 2009.

_____. O Fomento como Instrumento de Intervenção Estatal na Ordem Econômica in Revista de Direito Público da Economia, vol. 32. Belo Horizonte: Fórum, 2010.

_____. Contratos Administrativos in Boletim de Direito Administrativo, vol. 1. São Paulo: NDJ, 2006.

_____ e SCHIRATO, Vitor Rhein (org.). Estudo sobre a Lei das Parcerias Público-Privadas. Belo Horizonte: Fórum, 2011.

_____ e ARAGÃO, Alexandre Santos (org.). Direito Administrativo e seus Novos Paradigmas. Belo Horizonte: Fórum, 2008.

_____. Os Consórcios Públicos in Revista de Direito do Estado, vol. 2. Belo Horizonte: Fórum, 2006.

_____. Concessão de Serviços Públicos e Prestação de Serviços de Interesse Coletivo: diferença de regimes jurídicos in Boletim de Licitações e Contratos Administrativos, vol. 7. Belo Horizonte: Fórum, 2003.

MEDAUAR, Odete. O Direito Administrativo em Evolução, 2ª ed. São Paulo: RT, 2003.

MELLO, Oswaldo Aranha Bandeira de. Princípios Gerais de Direito Administrativo, 3ª ed., vol. I. São Paulo: Malheiros, 2007.

MODESTO, Paulo (org.). Nova Organização Administrativa Brasileira, 2ª ed. Belo Horizonte: Fórum, 2010.

MONTEIRO, Vera Cristina Caspari. Concessão. São Paulo: Malheiros, 2011.

MOREIRA NETO, Diogo de Figueiredo. Mutações do Direito Administrativo, 3ª ed. Rio de Janeiro: Renovar, 2007.

OTERO, Paulo. *Legalidade e Administração Pública: o sentido da vinculação administrativa à juridicidade*. Lisboa: Almedina, 2003.

PALMA, Juliana Bonacorsi de. *Atuação Administrativa Consensual. Estudo dos acordos substitutivos no processo administrativo sancionador*. Dissertação de mestrado defendida na Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo em 26 de fevereiro de 2010.

PEREZ, Marcos Augusto. *A Administração Pública Democrática. Institutos de Participação Popular na Administração Pública*. Belo Horizonte: Fórum, 2009.

_____. *A Audiência Pública no Direito Administrativo Brasileiro*, in *Mecanismos de Controle Interno e sua Matriz Constitucional* (Org. FORTINI, Cristiana), Belo Horizonte, Editora Fórum, 2012, páginas 101 a 116.

_____. *O Risco no Contrato de Concessão de Serviço Público*, Belo Horizonte, Fórum, 2006

SCHIRATO, Vitor Rhein. *Livre Iniciativa nos Serviços Públicos*. Belo Horizonte: Fórum, 2012.

SILVA, Vasco Manuel Pascoal Dias Pereira da. *Em Busca do Acto Administrativo Perdido*. Coimbra: Almedina, 2003.

SUNDFELD, Carlos Ari. *Direito Administrativo para Céticos*. São Paulo: Malheiros, 2012.

_____. *Parcerias Público-Privadas*, 2ª ed. São Paulo: Malheiros, 2011.

_____ e SOUZA, Rodrigo Pagani. *As Modernas Parcerias Públicas com o Terceiro Setor* in *Revista de Direito Administrativo & Constitucional*, vol. 45. Belo Horizonte: Fórum, 2011.

SOUZA, Rodrigo Pagani de. *Controle Estatal das Transferências de Recursos Públicos para o Terceiro Setor*. Tese de doutorado defendida na Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo em 2010.

TÁCITO, Caio. *Temas de Direito Público (Estudos e Pareceres)*. Rio de Janeiro: Renovar, 1998-2001.

_____. *Direito Administrativo Participativo* in *Revista de Direito Administrativo*, vol. 242. Rio de Janeiro: Renovar, out./dez. 2005.